

economia & história



Antonio Candido e o Conselheiro Tolentino em Nova Edição

RÔMULO MANZATTO (*)

Em 1855, Antonio Nicolau Tolentino aposentou-se do serviço público e recebeu o título de Conselheiro. A deferência, de caráter não mais do que simbólico, procurava reconhecer os serviços prestados pelos que se aposentavam em cargos de alto escalão na burocracia pública do Império.

Para Tolentino, o título de Conselheiro encerrava com sucesso suas quase três décadas de carreira a serviço do Estado monárquico brasileiro.

Tolentino havia ingressado no serviço público ainda no Primeiro Reinado, em 1826, na localidade que viria a se tornar a cidade de Niterói, no Rio de Janeiro. Nos anos seguintes, subiu degraus funcionais e galgou posições estratégicas

no emaranhado administrativo que tentava disciplinar a trajetória funcional do corpo de funcionários da monarquia.

As vitórias e os percalços de Antonio Nicolau Tolentino foram narrados pelo sociólogo e crítico literário Antonio Candido após um longo e intermitente trabalho de pesquisa em arquivos históricos que durou quase uma década, entre 1975 e 1985.

Os altos e baixos da vida pública do Conselheiro foram publicados originalmente em 1985 em *Um Funcionário da Monarquia – Ensaio sobre o segundo escalão*, que agora ganha uma nova edição¹, ampliando o acesso a um interessante, mas nem sempre comentado, trabalho de Candido.

Resta, é claro, perguntar: no que pode interessar a trajetória de um funcionário do segundo escalão da monarquia brasileira aos leitores de hoje?

O interesse de Candido nesse improvável personagem histórico parte de uma relação de parentesco. Tolentino era avô da mãe de Candido. Um membro da família de origem modesta, que ascendeu a alguns dos mais importantes cargos públicos de sua época e teve a história contada de geração em geração.

Ao esboçar o perfil do Conselheiro, Candido notou que o caso de Tolentino poderia constituir uma espécie de paradigma. Afinal, a bem-sucedida carreira de Tolentino no serviço público ilustrava uma das

vias de formação da classe média no Brasil do século XIX. Em uma sociedade rígida, Candido acredita que as elites monárquicas foram capazes de selecionar e cooptar, por diversas vias, os elementos mais capazes de colaborar com o regime político vigente.

De maneira até surpreendente, Candido crê que essas possibilidades de assimilação e formação de quadros além da estrutura oligárquica dominante concederam ao regime monárquico brasileiro certa flexibilidade social nos laços que mediavam as relações entre as elites monárquicas e os homens livres “sem nascimento”.

Ao incorporar, mesmo que de maneira limitada, membros de outros estratos sociais, o regime monárquico brasileiro, e suas classes dominantes, acabavam por “se renovar sem largar as rédeas nem mudar de mentalidade além do inevitável”. (CANDIDO, 2023, p. 110).

Há, ainda, uma orientação mais ampla que encorajou o autor a se debruçar sobre a história de Tolentino durante quase uma década. Candido acredita que foi a sua formação de base sociológica que o levou a se interessar não somente pela perspectiva e pela atuação das classes dominantes, mas também pelos personagens históricos humildes e anônimos, que não frequentam as principais páginas dos manuais de história, e constituem, quando muito, parte de uma nota

de rodapé ou um dado geral de estatísticas populacionais.²

Não é demais adicionar, como nota Lilia Schwarcz, que o trabalho de Antonio Candido sobre Tolentino constitui uma espécie de paradigma também da produção intelectual do próprio autor.

Assim, “no caso deste livro, voltamos ao pensamento de Antonio Candido a partir de várias pistas: o favor, a intimidade como moeda, o radical. Aqui a história serve como suporte para pensar em interpretações de mais alto alcance e não se limita a repisar um caso isolado”. (SCHWARCZ, 2009, p. 95)

A partir daí, a prosa leve de Antonio Candido nos mostra como Tolentino se movimentava e interagia com seu contexto. Uma década depois de ingressar no serviço público, Tolentino já ocupava um posto de alguma importância, respondendo como Segundo Escrivão da Contadoria do Tesouro Nacional.

Nos anos seguintes, ocupou cargos de maior relevância até atingir o posto de Contador-Chefe na Segunda Contadoria da Diretoria Geral de Contabilidade, segundo cargo mais alto daquela carreira funcional, conta Candido.

Já em 1851, o funcionário da Monarquia ampliou seus horizontes profissionais ao ser nomeado para representar a Monarquia brasileira em missão internacional, no cargo

de Comissário Imperial na Junta de Crédito Público. Assim, Tolentino tomou parte na delicada operação internacional que procurou equacionar as antigas dívidas da República do Uruguai com o Império brasileiro.

O período em Montevideu ampliou também o leque de amizades de Tolentino que se tornou próximo de figuras que ocuparam lugares de destaque na vida política do país nos anos seguintes, como os futuros Visconde do Rio Branco e Duque de Caxias. Não por acaso, Candido acreditava que o período passado no Uruguai permitira que Tolentino fosse além das limitações de uma vida funcional estritamente burocrática, o que o levou a atuar diretamente no jogo político da época.

Alguns anos depois, em 1856, o Conselheiro se tornou o primeiro funcionário de carreira a ocupar o posto de presidente da importante Província do Rio de Janeiro, um cargo eminentemente político. Nessa posição, Tolentino tentou levar adiante uma inovadora e ambiciosa reforma administrativa que o colocou em rota de colisão com os interesses da classe política – embate do qual o Conselheiro saiu derrotado.

Após alguns anos de ostracismo, o funcionário da Monarquia voltou aos postos de prestígio, tornando-se membro do Conselho Fiscal da recém-criada Caixa Econômica,

instituição que veio a se tornar a Caixa Econômica Federal. Em seguida, tornou-se Inspetor da Alfândega, período em que de novo foi tragado para novas disputas fora da arena burocrática em que o Conselheiro se movimentava com destreza. Nessa ocasião, novamente, a falta de tato do burocrata com os conflitos causados pelos interesses das classes dominantes o levou a outra derrota, que iniciou um amargo período de 10 anos de ostracismo.

O retorno à vida pública ocorreu somente em 1871, novamente no Conselho Fiscal da Caixa Econômica, instituição da qual, em seguida, se tornou presidente. Iniciou-se então um longo período de 13 anos no comando do Banco estatal, o que o tornou uma das figuras fundamentais na definição dos princípios e do papel econômico e social que o banco veio a desempenhar.

Em todos esses episódios, Antonio Candido sintetiza as mudanças de um período histórico a partir de sua reverberação na vida pública e profissional de um burocrata do Império em busca de ascensão.

Aqui talvez seja possível identificar mais uma pista, um dado da abordagem de Antonio Candido, que transparece no estudo sobre Tolentino. Trata-se da orientação voltada a procurar compreender como os movimentos históricos são internalizados pelo objeto examinado.

O que Candido parece propor também nesse trabalho consiste em uma reconstituição histórica que investiga como a interação entre o objeto do estudo interage com um contexto específico, no que pode criar também uma forma particular de compreensão do passado a partir da formação das próprias características estruturais desse objeto.

Feita dessa forma, a reconstituição da trajetória de um burocrata do século XIX pode estabelecer um caminho único para entender o passado, iluminando a compreensão de toda uma época.

Referências

- CANDIDO, A. **Um funcionário da monarquia - ensaio sobre o segundo escalão**. 2ª. ed. São Paulo: Ouro sobre Azul, 2007. 196 p.
- _____. **Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão**. 1ª. ed. São Paulo: Todavia, 2023.
- _____. Entrevista do autor. In: CANDIDO, A. **Um funcionário da monarquia: ensaio sobre o segundo escalão**. 1ª. ed. São Paulo: Todavia, 2023.
- MANZATTO, R. Conselheiro Tolentino, um funcionário da Monarquia. **Informações Fipe**, São Paulo, n. 484, p.41-43, jan. 2021a.
- _____. Conselheiro Tolentino, um funcionário da Monarquia (II). **Informações Fipe**, São Paulo, n. 485, p.45-47, fev. 2021b.
- _____. Conselheiro Tolentino, um funcionário da Monarquia (III). **Informações Fipe**, São Paulo, n. 486, p.54-57, mar. 2021c.
- SCHWARCZ, L. M. Introdução ou sobre segundos escalões. **Literatura e Sociedade**, São Paulo, v. 14, n. 11, p. 82-95, 2009.

- 1 Candido (2007; 2023). Abordei a trajetória de Tolentino em artigos anteriores de **Informações Fipe**: Manzatto (2021a; 2021b; 2021c)
- 2 Esses e outros elementos que contextualizam a obra constam de interessante entrevista concedida sobre a obra por Antonio Candido em 2002, agora reproduzida na nova edição (CANDIDO, 2023).

(*) Economista (FEA-USP) e mestre em Ciência Política (DCP/FFLCH-USP). (E-mail: romulo.manzatto@gmail.com).